

## NOTA DE ABERTURA

Fernando Rebelo

3

O presente número da *Territorium* (19) mantém a linha editorial dos anos anteriores. Todos os artigos que agora se publicam tratam de riscos numa perspectiva de grande abertura. Há trabalhos sobre aspetos teóricos das ciências cindínicas e sobre aspetos práticos dos riscos, sejam eles climáticos, climático-hidrológicos, hidrológicos, geomorfológicos, dendrocaustológicos, tecnológicos ou outros. Os autores são especialistas provenientes de diversas áreas, entre as quais a Sociologia, a Geografia, a Física e as Engenharias e oriundos não só de Portugal, como do Brasil, do Chile e da Colômbia.

Toda esta diversidade vem enriquecendo a *Territorium*. Por um lado, a variedade temática, por outro lado a dispersão espacial. Mas a formação dos autores leva-os, frequentemente, a utilizar designações diferentes para situações semelhantes. Como já tenho salientado em notas de abertura de números anteriores, isto não cria qualquer problema científico, mas exige grande atenção da parte dos leitores. A dificuldade em traduzir “*hazard*”, por exemplo, continua a dar resultados curiosos quando aparecem palavras de que nunca nos tínhamos lembrado. A pouca utilização do termo crise vem contrastando com o uso excessivo das designações catástrofe ou desastre. A catástrofe que, para alguns autores, exige um mínimo de 100 vítimas mortais, para outros é apenas sinónimo da manifestação de um risco, o que não se afigura correto. O desastre, que para uns, mais influenciados por escolas europeias, é uma crise com menos de 100 mortos, para outros, mais influenciados por escolas americanas, aparece como uma catástrofe de grandes dimensões. Em Portugal, fala-se em acidente, por exemplo, quando se cai de uma bicicleta motorizada, em acidente grave quando há feridos ou mesmo mortos num choque de automóveis, mas muitas vezes aqui já se diz também desastre de automóvel; no entanto, se é um avião de passageiros que se despenha e morrem todos os passageiros, ninguém deixa de falar numa catástrofe aérea.

Um dos fenómenos meteorológicos mais impressionantes pela sua dimensão espacial e muitas vezes também pelas consequências dos ventos fortes e das inundações marinhas e fluviais que se lhe associam é, sem dúvida, o furacão. Na chamada época dos furacões do Atlântico foram registados vários neste ano de 2012. Prejuízos numerosos, sempre. O mais falado foi o Sandy. Deixou um rasto de destruição em Cuba. Quando, no dia 29 de outubro, Nova Iorque foi atingida pela tempestade resultante deste furacão, tivemos a oportunidade de acompanhar pelas televisões e pela internet, com imagens da mais crua realidade, o que foi uma crise com dimensões catastróficas, claramente bem mais ligadas às vulnerabilidades de toda a ordem que se espalhavam pela cidade do que à força da natureza. Em muitos dos trabalhos publicados no presente número da *Territorium* salientam-se as vulnerabilidades ou seja as características de fragilidade que mais têm de ser responsabilizadas pelas dimensões catastróficas das crises. A leitura do nº 5 (March, 2012) da *The Geneva Reports*, subordinado ao título “*Extreme events and insurance: 2011 annus horribilis*”, onde se salientam o terramoto e tsunami do Japão (11 de março), o terramoto da Nova Zelândia (22 de fevereiro), as cheias e inundações da Tailândia (agosto-novembro), os tornados dos Estados Unidos da América (22-28 de abril) e o furacão Irene, no Caribe e nos Estados Unidos da América (22 de agosto a 2 de setembro), conduz-nos várias vezes à enorme importância das vulnerabilidades quando se trata de analisar riscos. A *Territorium* continua, portanto, no bom caminho.